



Uma perspectiva crítica para a formulação de políticas públicas de turismo

Cintia Beatriz Korte Mentz¹

Cristina Espindola Romor Vargas²

Dilani Silveira Bassan³

Resumo

O artigo analisa como a abordagem do turismo crítico pode contribuir para a formulação de políticas públicas de turismo mais eficazes e sensíveis às dimensões do desenvolvimento humano invisibilizadas nos destinos turísticos. A partir de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, são discutidos os "fardos invisíveis" do turismo, como os custos não contabilizados que afetam a infraestrutura e o meio ambiente nos destinos turísticos, e a visão mais crítica ao turismo. O estudo ressalta a relevância de reformular as políticas de turismo de forma que estas levem em conta os impactos sociais, ambientais e econômicos, promovendo um modelo mais sustentável, inclusivo e orientado para o bem-estar das comunidades locais. O artigo também discute iniciativas globais, como as propostas da OCDE e da UN Turismo, que priorizam a sustentabilidade e defendem um modelo de turismo mais resiliente.

Palavras-chave: turismo; turismo crítico; fardos invisíveis; políticas públicas.

A critical perspective for the formulation of public tourism policies

Abstract

This article analyzes how the critical tourism approach can contribute to the development of more effective public tourism policies that are sensitive to dimensions of human development often rendered invisible in tourist destinations. Based on a qualitative, bibliographic study, the discussion focuses on the "invisible burdens" of tourism—such as unaccounted costs impacting infrastructure and the environment—and offers a more critical perspective on tourism. The study highlights the importance of reshaping tourism policies to consider social, environmental, and economic impacts, promoting a more sustainable, inclusive model oriented toward the well-being of local communities. The article also discusses global initiatives, such as those proposed by the OECD and UN Tourism, which prioritize sustainability and advocate for a more resilient tourism model.

Keywords: tourism; critical tourism; invisible burdens; public policies

¹ Mestranda em Desenvolvimento Regional, Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT/RS, cintiametz@sou.faccat.br.

² Mestranda em Desenvolvimento Regional, Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT/RS, cristinavargas@sou.faccat.br.

³ Prof^a. Doutora em Desenvolvimento Regional, Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT/RS, dilanib@faccat.br.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 a 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



1 Introdução

O turismo, ao longo das últimas décadas, tem se consolidado como um fenômeno de crescente relevância social, econômica, cultural e territorial. Sua presença em diferentes contextos de espaços geográficos evidencia múltiplas formas de apropriação, transformação e produção do território, bem como suas implicações em dinâmicas locais e regionais. Neste sentido, para Santos, de Lima e Bresciani (2017), o turismo enquanto um fenômeno social moderno tem seguido as transformações do desenvolvimento capitalista.

Após a superação da recente pandemia global da COVID-19, continuamos a enfrentar uma série de desafios interconectados. Como destacam Rastegar, Higgins-Desbiolles e Ruhanen (2023, p. 2613, tradução nossa): “A nossa era é uma era de crises”. Estes autores nos instigam a refletir em como podemos construir caminhos para a transição do turismo, enquanto ocupa-se com as crises e tensões atuais e busca-se o equilíbrio das necessidades humanas e ecológicas em espaços turísticos.

A edição do ano de 2024 das Tendências e Políticas de Turismo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aponta para as alterações climáticas, que em ritmo acelerado e com eventos extremos vem afetando o turismo e provocando que destinos sofram perdas significativas em suas infraestruturas e economias. Há muito é destacado a importância dos países e destinos desenvolverem visões sustentáveis e de longo prazo para o turismo, com estratégias capazes de adaptarem-se a um ambiente dinâmico e complexo (OECD, 2024).

Na medida em que a indústria cresce, o custo do gerenciamento e desenvolvimento das infraestruturas sustentáveis tende a pesar fortemente nos destinos, além de muitos ainda estarem amparados por políticas defasadas diante dos significativos desafios (Epler Wood; Milstein; Ahamed-Broadhurst, 2019).

As políticas públicas são formas de assegurar que a sociedade tenha seus direitos garantidos, através da ação do Estado. Nesse contexto, relaciona-se o turismo, que frequentemente é tratado como motor de desenvolvimento econômico, porém oculta uma série de custos que afetam negativamente as comunidades locais, o meio ambiente e as



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



infraestruturas públicas. Essa invisibilidade é reforçada por modelos de avaliação pautados em indicadores econômicos limitados, como o Produto Interno Bruto - PIB, que não captam as externalidades negativas desta atividade.

A abordagem do turismo crítico surge como uma possibilidade de problematizar os modelos existentes nos territórios e oferecer contribuições para políticas públicas mais equilibradas e sustentáveis. Em síntese, a justificativa deste tema está centrada na necessidade de articulação de políticas públicas de turismo que tenham como foco o desenvolvimento regional através de uma abordagem mais participativa, inclusiva e social.

Sendo assim, o problema de pesquisa que este estudo se propõe a investigar é: Como a abordagem do turismo crítico pode contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e sensíveis às dimensões invisibilizadas do desenvolvimento humano nos destinos turísticos? E por meio deste questionamento, o objetivo principal do artigo é analisar de que forma a abordagem do turismo crítico pode contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e sensíveis às dimensões invisibilizadas nos destinos turísticos. O que pode auxiliar a uma melhor compreensão e clareza quanto à reflexão de melhorias nas políticas públicas, que apostem na utilização de uma visão mais crítica do turismo para além de uma abordagem meramente econômica.

A pesquisa tem característica qualitativa e com procedimentos técnicos bibliográficos. O artigo está organizado em 5 seções, além desta introdução. A segunda seção trata dos fundamentos do turismo crítico; na terceira seção são apresentados os fardos invisíveis do turismo; e, a quarta seção traz o tema central que norteia o estudo, que são as políticas públicas e o turismo. Por fim, na quinta seção, trazemos as conclusões sobre os temas abordados ao longo do artigo, reunindo os pontos debatidos e destacando a relevância das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo e que contribuam para o desenvolvimento regional, fortalecendo os destinos turísticos e também suas comunidades anfitriãs.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 a 7 de Novembro | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



2 Fundamentos do turismo crítico

O turismo constitui-se como um fenômeno social complexo, que por natureza atravessa diferentes dimensões da vida social: envolve deslocamentos, relações culturais, apropriações de espaço e também disputas políticas e simbólicas. Para Ateljevic (2020), o turismo deve considerar os impactos sociais, políticos e ambientais da atividade turística e sua relação com dinâmicas territoriais mais amplas.

Conforme Panosso Netto, Tomillo Noguero e Jäger (2011), a análise tradicional do turismo é predominantemente positivista, necessitando posicionar o turismo e o ser humano no centro do debate, reorientando para uma abordagem mais humana, solidária, sustentável e inclusiva dos grupos minoritários. Os autores Ateljevic, Pritchard e Morgan (2007) consideram a revisão de paradigmas e metodologias propondo uma “virada crítica”.

Conforme Morgan *et al.* (2018, p. 185, tradução nossa), “O turismo crítico é mais do que simplesmente uma forma de saber, é uma forma de ser, é um compromisso com a investigação turística, com a justiça pró-social, igualdade e anti-opressão”. Neste sentido, Morgan, Pritchard e Munar (2023) descrevem que os pesquisadores críticos do turismo almejam a transformação de ver, ser, fazer e interagir com o mundo do turismo, além da possibilidade de colaborar para um planeta mais igualitário e sustentável. Ainda para estes autores, a análise do turismo, que abrange perspectivas e abordagens relacionadas ao social, político e cultural, deve ser um projeto ético e político, criando condições de igualdade, sustentabilidade e liberdade humana (Morgan; Pritchard; Munar, 2023).

As análises críticas e reflexivas acerca do turismo são defendidas por De Queiroz Barbosa, Araújo e Nóbrega (2022) e por Higgins-Desbiolles (2006), que afirmam que sem uma gestão crítica, o turismo pode ser uma via para que injustiças sociais sejam perpetuadas, além de destacar que é fundamental redefinir o turismo, tendo como foco os direitos das comunidades e a reconstrução das capacidades sociais do turismo (Higgins-Desbiolles *et al.*, 2019). A visão dominante do turismo como negócio e a falta de crítica político-econômica também é debatida por Fazito *et al.* (2017).



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



Alinhados a essa perspectiva, Tribe e Paddison (2023), por meio da aplicação de um modelo, esclarecem a compreensão do conceito de estratégia crítica de turismo. Os autores identificam em seu estudo que as estratégias atuam através de um modelo de prática dominada por interesses e técnicas tradicionais, com destaque ao crescimento. O modelo proposto por esses pesquisadores altera a hierarquia favorecida pela estratégia tradicional, posicionando a economia a serviço das pessoas e do planeta.

Os autores colocam que estratégias desenvolvidas em alguns territórios turísticos tendem a não reconhecer os efeitos negativos do turismo, o que acaba comprometendo a oportunidade de gestão do turismo de maneira que contribua para a melhora da qualidade de vida das pessoas. Ao analisarem as perspectivas de gestão que são implementadas, descrevem sobre a estratégia crítica de turismo apontando que esta tem como boa estratégia o aperfeiçoamento das condições das pessoas e do planeta (Tribe; Paddison, 2023).

A proposta de Tribe e Paddison (2023) busca compreender sobre as influências e consequências das condições nas quais o turismo ocorre em determinado território. Além de criticar a forma como as instituições e os indivíduos atuam em seus contextos sociais e históricos; e, propondo questionamentos a respeito dos entendimentos atuais e de como alterá-los para que ocorram mudanças na busca da satisfação de necessidades e aspirações de todos os envolvidos. Na Estratégica Crítica do Turismo, uma primeira tarefa é “identificar influências ideológicas (por exemplo, paradigmas “normais” de crescimento e lucro), compreender suas consequências e considerar alternativas” (Tribe; Paddison, 2023, p.3, tradução nossa).

Ainda, o estudo de Tribe e Paddison (2023) identifica uma lacuna que é a pesquisa em estratégia crítica e analisa uma amostra de 17 destinos com base em um instrumento de investigação elaborado a partir da teoria crítica. A investigação realizada a partir de uma estrutura crítica de ideias e temas, possibilitou não somente a compreensão das estratégias implementadas, mas também a identificação de tópicos dominantes como por exemplo privilegiar os negócios e a economia, o turista e a negligência crítica. As evidências descritas pelos pesquisadores apontam para o que também é descrito por Epler Wood, Milstein e Ahamed-Broadhurst (2019), em que as questões ambientais e os efeitos na comunidade anfitriã não recebem a devida atenção.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



A proposta de abordagem do turismo crítico pode ser uma maneira de analisar as formas de implementação do turismo sendo capaz de revelar “omissões cruciais e silêncios” como colocado por Tribe e Paddison (2023, p. 11, tradução nossa). Além de contribuir com várias sugestões e aconselhamentos para gestão dos destinos turísticos, possibilitando assim que evitem as limitações e insuficiências das estratégias tradicionais que são implementadas em alguns territórios onde o turismo torna-se importante para a economia local.

Na aplicação da estratégia crítica de turismo proposta por Tribe e Paddison (2023), os resultados indicam para algumas boas práticas; porém, omissões, silêncios e negligências também são identificadas. Os autores destacam alguns destinos que consideram exceção pelas estratégias adotadas, como: Malta, Finlândia, Noruega e Butão. Para os pesquisadores, o último país é apontado como um exemplo para o desenvolvimento da Estratégia Crítica de Turismo, reforçando que esta proposta pode detectar formas para melhorias sociais, ambientais e culturais, além de destravar a necessidade de um repensar crítico do turismo.

3 Fardos invisíveis do turismo

No ano de 2024, o tema central das Tendências e Políticas de Turismo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem por base o desenvolvimento turístico equilibrado. O documento apresenta que alguns países estão dando prioridade a iniciativas que têm como questões em comum: aceitação e inclusão; biodiversidade; economia circular; sentimento da comunidade e dos visitantes; descarbonização dos transportes; digitalização; resiliência aos choques (desastres naturais e físicos); concentração turística; força de trabalho do turismo; e, comportamentos turísticos (OECD, 2024).

Ao abordar a relevância de identificar e mensurar os fardos invisíveis do turismo, que são os custos não contabilizados para fornecer infraestrutura local e proteção de sistemas ecológicos e socioculturais para turistas e comunidade anfitriã, os autores afirmam que “O futuro do turismo dependerá da capacidade da indústria e do governo de medir e gerenciar com eficiência e eficácia o custo total de cada turista.” (Epler Wood; Milstein; Ahamed-Broadhurst, 2019, p. 7, tradução nossa). O que conduz ao entendimento de que sem um sistema consistente para administrar o



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



fardo invisível sobre as economias locais, a expansão do turismo pode continuar a degradar destinos.

Pesquisadores concluíram que é possível identificar novas fontes e estruturar dados para apoiar políticas públicas baseadas em evidências. No entanto, identificar e operacionalizar indicadores para medir o progresso do turismo, seus benefícios e dificuldades continua a ser um desafio. “Atualmente não existe um conjunto de indicadores acordados internacionalmente para apoiar o desenvolvimento do turismo equilibrado e sustentável” (OECD, 2024, p. 74, tradução nossa).

Fato importante a ser destacado é sobre inconsistências que podem ocorrer em operações censitárias em qualquer território (Agência Brasil, 2024). Alguns estudos de destinos turísticos têm como base o PIB, porém este indicador não é considerado uma medida eficaz para mensurar o desenvolvimento, visto que negligencia aspectos sociais e ambientais como abordado por Paul e Adoji (2022) e Gajdosova (2023). O Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH, também é aplicado em investigações de destinos turísticos, sendo este também alvo de críticas por diversos autores como Zehba e Firoz (2024), Morse (2023), Alaimo e Seri (2023) e Pawliczek, Kurowska-Pysz e Smilnak (2022).

Para que os indicadores e dados sejam úteis e relevantes, é essencial considerá-los no contexto específico do destino, levando em conta suas necessidades particulares. Compreender as capacidades locais e estabelecer limites críticos se torna cada vez mais necessário para gerenciar os efeitos do turismo nas infraestruturas, no meio ambiente e na comunidade anfitriã. A OECD descreve as iniciativas de inúmeros países, entretanto, aponta ser necessário mais empenho para que efeitos sociais e ambientais, bem como externalidades econômicas negativas possam ser avaliadas (OECD, 2024).

O futuro do turismo está atrelado a capacidade da indústria e dos governos em como mensurar e gerenciar os fardos invisíveis do turismo, como defende Epler Wood, Milstein e Ahamed-Broadhurst (2019), ou seja, na compreensão real do custo total de cada turista para os destinos. Os autores chamam atenção para o desafio do setor, sobre encontrar “a melhor forma de contabilizar as externalidades operacionais causadas pela carga invisível” (Epler Wood; Milstein; Ahamed-Broadhurst, 2019, p. 12, tradução nossa), enfatizando sobre a necessidade de



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



buscar alternativas que capacitem as localidades de mensurar e gerenciar os custos das operações do turismo.

Ao destacarem os motivos dos fardos invisíveis nos destinos, identificam que os custos incluem a expansão e atualização de infraestrutura para acomodar o crescimento do turismo, a transição para uma infraestrutura mais sustentável, altos impostos direcionados a metas de crescimento baseados em contabilidade não integrada e incentivos fiscais fundamentados em análises falhas de receitas. Os autores trazem à perspectiva que, embora a nível global muitos governos enaltecem o crescimento anual de taxas de turistas, há pouca revisão dos fatores que colocam os destinos em risco de forma aprofundada. Além de deixarem claro que “A previsão e análise de cenários são ferramentas essenciais para estimar riscos e fazer políticas que protejam destinos vulneráveis.” (Epler Wood; Milstein; Ahamed-Broadhurst, 2019, p. 23, tradução nossa).

O relatório *Invisible Burden*, deixa claro sobre a importância da tomada de consciência sobre os riscos complexos e as externalidades nos destinos turísticos, nos quais políticas públicas, avaliação e indicadores devem ser implementados a fim de proteger comunidades e preservar o patrimônio dos destinos. Tendo como objetivo um setor de turismo mais inclusivo em que os benefícios sejam partilhados, a OECD propõe a melhora do planejamento, da compreensão e gestão dos compromissos envolvidos; e, complementa que acessibilidade e inclusão passaram a ser prioridade para os países que se propõem a promover um turismo que traga benefícios para os turistas, trabalhadores e para as comunidades (OECD, 2024).

Ao mesmo tempo que se fazem claros e amparados por pesquisas robustas, relatórios como o da OECD e o denominado *Invisible Burden*, trazem que o papel do turismo no desenvolvimento da sociedade parece ainda não ter sido aprofundado, como demonstra Fazito *et al.* (2017), e que é sustentado pelas conclusões de Tasso, Moesch e Nóbrega (2021, p. 14), que defendem “que o propósito supremo do turismo deveria estar direcionado não a uma base restringida ao progresso econômico do destino, mas muito mais que isso. A finalidade suprema (“premissa”) deve estar atrelada a um processo de desenvolvimento humano e sustentável”.

De forma consistente, Berbekova, Uysal e George Assaf (2024) apresentam várias conclusões sobre a integração da qualidade de vida no desenvolvimento de políticas públicas de turismo, defendendo abordagens integradas e ponderando que as atividades turísticas podem



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 a 7 de Novembro | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



influenciar o bem-estar das comunidades. Portanto, compreender o contexto local e as comunidades é essencial. Aguinis *et al.* (2023) enfatizam sobre a colaboração entre pesquisadores e formuladores de políticas, sendo que apontam para a importância destes formuladores ampararem-se em pesquisas e evidências.

4 Políticas públicas e turismo

A relação do turismo com políticas públicas e governança é bidirecional e complexa, como afirma Butler e Suntikul (2019), e apontam que o turismo promove mudanças no ambiente político, entretanto também responde a este e é modificado por fatores políticos. As políticas de turismo exercem um papel fundamental e multifacetado nos destinos, tendo um impacto direto sobre este. Entretanto, mais profundos são os efeitos indiretos destas políticas, que segundo Ke (2024), podem promover o equilíbrio entre crescimento econômico e preservação do destino aos ganhos de curto e longo prazo e ao desenvolvimento.

Conforme Secchi (2020, p. 12), “Política pública é um conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos como por exemplo leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviços, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais [...]”. Para Beni (2019), a política do turismo deve ser orientada por três condicionamentos: o cultural, o econômico e o social, tendo como base as instituições públicas através de seus planos e programas, que tem como missão determinar prioridades, promover incentivos e administrar recursos, formatar as diretrizes e regulamentações e apoiar o setor. Sendo que, o papel da política de turismo pode variar assim como sua abrangência, tendo a possibilidade de adequar-se às necessidades e prioridades de cada local (Henz; Lamare; Anjos, 2010).

As políticas de turismo implementadas no Brasil são alvo de análise por parte de especialistas e acadêmicos, como Vilela e Costa (2020) que avaliam 20 anos de planejamento para o turismo brasileiro de 2003 a 2022, nas seguintes categorias: diagnóstico, objetivos, conjunto de intervenções, continuidade e inovação. Ficando evidente que os planos guardam espaço para melhorias, principalmente no que se refere às etapas iniciais, que são chaves para a definição dos objetivos, das metas e do conjunto de intervenções.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



As políticas de desenvolvimento do turismo precisam ser repensadas, devendo haver uma “ruptura paradigmática” como concluem Tasso, Moesch e Nóbrega (2021, p. 13) após uma pesquisa exploratória nas políticas públicas brasileiras. Os autores defendem que estas deveriam ter sua finalidade vinculada ao desenvolvimento humano e sustentável. Este entendimento vai ao encontro da necessidade identificada de analisar como as políticas públicas apoiadas por inovações e indicadores sociais podem contribuir para um desenvolvimento equilibrado entre turismo e desenvolvimento humano.

A nível internacional, muitos países vêm atualizando e desenvolvendo estratégias em um contexto pós pandemia, com novas abordagens e prioridades buscando a adaptação a um ambiente cada vez mais dinâmico. Embora as evidências mostrem que a maioria das estratégias continuam a incluir metas para aumentar o número de visitantes, fica clara a busca por resultados mais sustentáveis com um grau reduzido de externalidades negativas e maiores benefícios para os destinos e comunidades locais (OECD, 2024).

O trabalho publicado pelo Comitê de Turismo da OECD de 2024 reúne as estratégias adotadas por vários países descrevendo ações e planos que incorporam em seus objetivos políticas e programas que visam desde implementações de ações de proteção climática, foco no equilíbrio dos fluxos turísticos, planos colaborativos de gestão, modernização dos quadros jurídicos, institucionais e operacionais, valorização do desenvolvimento regional, entre outras inúmeras propostas.

Sendo assim, as tendências descritas pela OECD destacam a necessidade de um turismo mais sustentável e resiliente, com abordagens prospectivas para enfrentar choques e desafios futuros. Os decisores políticos devem considerar respostas ágeis e flexíveis, priorizando inclusão, envolvimento comunitário, desenvolvimento regional, governança eficaz e ações coordenadas, refletindo a crescente conscientização sobre os benefícios sociais do turismo (OECD, 2024).

A transição para estratégias de turismo sustentável revelou a necessidade de dados que vão além dos aspectos econômicos, exigindo novas métricas para avaliar a eficácia de modelos mais resilientes e inclusivos. O foco está agora na definição de metas, indicadores e objetivos específicos, integrados a políticas e planos. Essa mudança intensifica a demanda por uma



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



monitorização mais precisa das políticas de turismo e por fontes alternativas de dados para medir resultados e efeitos (OECD, 2024).

A necessidade de medir o desempenho e usar os dados para o aperfeiçoamento contínuo e eliminar potenciais fatores de risco aos destinos é defendido também por Trubač, Paculík e Ághová (2023), que consideram a mensuração detalhada do setor eficaz como uma “força motriz”. Secchi (2020, p. 47) postula que “os indicadores são usados para simplificar, objetivar e, se possível, mensurar o potencial desempenho de alguma alternativa de política pública” e explica que os indicadores são as operacionalizações de valores ou princípios que estão presentes em uma sociedade.

A ONU Turismo (antiga OMT – Organização Mundial do Turismo), a principal organização internacional no setor de turismo, em março de 2024 lançou a publicação *Statistical Framework for Measuring Sustainable Tourism (SF-MST)*, que propõe a avaliação da sustentabilidade por meio de uma série de capitais – econômicos, humanos, sociais e naturais além dos fluxos de rendas e benefícios relacionados, adotando a abordagem *Beyond GDP*, e reconhecendo que medidas econômicas, como o PIB (Produto Interno Bruto) não mensuram dimensões importantes do bem-estar das pessoas (Dwyer, 2024).

Com base no relatório, Dwyer (2024) reconhece a contribuição do documento, entretanto o identifica como “insatisfatório em vários aspectos” (Dwyer, 2024, p. 2, tradução nossa). O autor aponta preocupações acerca da negligência dos resultados de bem-estar do desenvolvimento do turismo. A ausência do bem-estar na lista de indicadores deste relatório “é curiosa”, como observa Dwyer (2024, p. 17, tradução nossa). Outras propostas para avaliar indicadores de sustentabilidade de destinos turísticos também não incorporam o bem-estar em suas análises, como apontam Blancas, Contreras e Lozano-Oyola (2023) e De Marchi, Becarelli e Di Sarli (2022).

A análise de 10 países sul-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela) revela que o desenvolvimento humano, ao melhorar saúde, educação e habilidades individuais, pode fortalecer a competitividade do turismo (Croes; Ridderstaat; Shapoval, 2020). Os autores sugerem que metas de desenvolvimento humano sejam integradas às estratégias de turismo e destacam a importância



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



de medir o impacto do turismo no desenvolvimento humano. Na mesma direção, Ke (2024, p. 134, tradução nossa), conclui em seus estudos que “uma política de turismo científica, abrangente e inovadora é essencial para aumentar a competitividade dos destinos turísticos”.

5 Considerações finais

Mais do que uma atividade econômica ou um setor produtivo, o turismo necessita ser visto como um fenômeno social e espacial que exige reflexão crítica e posicionamento ético. Essa forma de analisar e compreender o turismo é essencial para a adaptação dos atuais modelos de política pública voltados ao turismo. O reconhecimento dos “fardos invisíveis” e a valorização de indicadores que contemplem aspectos sociais, ambientais e culturais possibilitam não apenas maior eficiência nas políticas, mas também comprometimento com a transformação social, a sustentabilidade e o bem-estar comunitário.

O estudo evidencia que as políticas pautadas exclusivamente no crescimento econômico são insuficientes frente aos desafios contemporâneos e que as políticas devem ser sensíveis às particularidades de cada localidade, assegurando que o desenvolvimento turístico não seja focado apenas nos benefícios econômicos imediatos, mas também considere cuidadosamente as dimensões ambiental e social. É crucial que as necessidades dos indivíduos que integram essas comunidades recebam atenção especial, garantindo que o turismo contribua para o bem-estar social, sem comprometer o meio ambiente ou a coesão social local.

Conclui-se que políticas públicas renovadas e a adoção de uma perspectiva crítica são fundamentais para o equilíbrio nos destinos turísticos, bem como, que os indicadores são instrumentos essenciais para a reformulação e estruturação de estratégias que possam dar suporte robusto ao desenvolvimento do turismo em um mundo dinâmico e com inúmeros desafios sociais e ambientais.

Sendo assim, as políticas públicas devem buscar equilíbrio, promover o turismo de forma que seus benefícios sejam amplos e duradouros, tanto para o desenvolvimento econômico quanto para a preservação dos recursos e qualidade de vida das populações e das futuras gerações.



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



Referências Bibliográficas

- AGÊNCIA BRASIL. **IBGE estima percentual de inconsistências dos dados do Censo 2022**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-08/ibge-estima-percentual-de-inconsistencias-dos-dados-do-censo-2022>. Acesso em: 16 set. 2024.
- AGUINIS, H. *et al.* **The why, how, and what of public policy implications of tourism and hospitality research**. *Tourism Management*, [s. l.], v. 97, p. 104720, 2023.
- ALAIMO, L.S.; SERI, E. **Measuring human development by means of composite indicators: open issues and new methodological tools**. *Quality and Quantity*, [s. l.], 2023.
- ATELJEVIC, I. **Transforming the (tourism) world for good and (re)generating the potential 'new normal'**. *Tourism Geographies*, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 467–475, 2020.
- ATELJEVIC, I.; PRITCHARD, A.; MORGAN, N. (org.). **The critical turn in tourism studies: innovative research methods**. Amsterdam Boston: Elsevier, 2007. (Advances in tourism research).
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. [S. l.]: Senac, 2019.
- BERBEKOVA, A.; UYSAL, M.; GEORGE ASSAF, A. **Quality of Life and Public Policy Development for Tourism Destinations**. *Cornell Hospitality Quarterly*, [s. l.], v. 65, n. 1, p. 34–43, 2024.
- BLANCAS, F. J.; CONTRERAS, I.; LOZANO-OYOLA, M. **Evaluating destinations' efforts to improve sustainability in tourism using the inter-temporal decomposition of a composite indicator**. *Environmental Impact Assessment Review*, [s. l.], v. 98, p. 106947, 2023.
- BUTLER, R.; SUNTIKUL, W. **Political Impacts of tourism**. In: *The Routledge Handbook of Tourism Impacts Theoretical and Applied Perspectives*. 1st. ed. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2019. p. 554. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/edit/10.4324/9781351025102/routledge-handbook-tourism-impacts-dogan-gursoy-robin-nunkoo?refId=6e3d9f12-94ce-4c48-85a4-49ffb56fb865&context=ubx>. Acesso em: 9 set. 2024.
- CROES, R.; RIDDERSTAAT, J.; SHAPOVAL, V. **Extending tourism competitiveness to human development**. *Annals of Tourism Research*, [s. l.], v. 80, p. 102825, 2020.
- DE MARCHI, D.; BECARELLI, R.; DI SARLI, L. **Tourism Sustainability Index: Measuring Tourism Sustainability Based on the ETIS Toolkit, by Exploring Tourist Satisfaction via Sentiment Analysis**. *Sustainability*, [s. l.], v. 14, n. 13, p. 8049, 2022.
- DE QUEIROZ BARBOSA, J. W.; ARAÚJO, M. F. S.; NÓBREGA, W. R. de M. **Epistemologia do turismo: reflexões e aproximações no campo científico**. *Revista de Turismo Contemporâneo*, [s. l.], v. 10, n. 3, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/26543>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- DWYER, L. **Measuring the Sustainability of Tourism (SF-MST): New Wine in an Old Bottle?**



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



Sustainability, [s. l.], v. 16, n. 14, p. 5867, 2024.

EPLER WOOD, M.; MILSTEIN, M.; AHAMED-BROADHURST, K. **Destinations at Risk: The Invisible Burden of Tourism**. [s. l.], 2019.

FAZITO, M. *et al.* O papel do turismo no desenvolvimento humano. **Papers do NAEA**, [s. l.], v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11075>. Acesso em: 5 jul. 2024.

GAJDOSOVA, K. **Role of GDP in the Sustainable Growth Era**. SocioEconomic Challenges, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 94–112, 2023.

HENZ, A.; LAMARE, F.; ANJOS, F. **Refletindo as políticas públicas para o turismo: uma retrospectiva desde a década de 60**. [S. l.: s. n.], 2010.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. *et al.* Degrowing tourism: rethinking tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.], v. 27, n. 12, p. 1926–1944, 2019.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. More than an “industry”: The forgotten power of tourism as a social force. **Tourism Management**, [s. l.], v. 27, n. 6, p. 1192–1208, 2006.

KE, W. **The Impact of Tourism Policies on the Competitiveness of Tourist Destinations**. Economics, Law and Policy, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 126, 2024.

MORGAN, N. *et al.* **Ten Years of Critical Tourism Studies: Reflections on the Road Less Traveled**. Tourism Analysis, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 183–187, 2018.

MORGAN, N.; PRITCHARD, A.; MUNAR, A. M. Critical Tourism Studies. In: JAFARI, Jafar; XIAO, Honggen (org.). Encyclopedia of Tourism. Cham: Springer International Publishing, 2023. p. 1–3. Disponível em: https://link.springer.com/10.1007/978-3-319-01669-6_41-2. Acesso em: 13 abr. 2025.

MORSE, S. **Quality of Life, Well-Being and the Human Development Index: A Media Narrative for the Developed World?** Social Indicators Research, [s. l.], v. 170, n. 3, p. 1035–1058, 2023.

OECD. OECD Tourism Trends and Policies 2024. Paris: OECD, 2024. (OECD Tourism Trends and Policies). Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/industry-and-services/oecd-tourism-trends-and-policies-2024_80885d8b-en. Acesso em: 10 set. 2024.

PANOSSO NETTO, A.; TOMILLO NOGUERO, F.; JÄGER, M. **Por uma visão crítica nos estudos turísticos**. Revista Turismo em Análise, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 539, 2011.

PAUL, S. O.; ADOJI, V. A. **GDP as Development Indicator and the Challenges of Actualising SDG 8: Inclusive and Sustainable Economic Growth**. Journal of International Cooperation and Development, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 62, 2022.

PAWLICZEK, A.; KUROWSKA-PYSZ, J.; SMILNAK, R. **Relation between Globe Latitude and the Quality of Life: Insights for Public Policy Management**. Sustainability (Switzerland), [s. l.], v. 14, n. 3, 2022.



**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Ambientalidades e Desenvolvimento Regional no Litoral Norte do RS
5 A 7 DE NOVEMBRO | IFRS CAMPUS OSÓRIO-RS



RASTEGAR, R.; HIGGINS-DESBIOLLES, F.; RUHANEN, L. **Tourism, global crises and justice: rethinking, redefining and reorienting tourism futures.** Journal of Sustainable Tourism, [s. l.], v. 31, n. 12, p. 2613–2627, 2023.

SANTOS, T. de S.; LIMA, R. M. de; BRESCIANI, L. P. **Políticas públicas de turismo para o desenvolvimento regional.** [S. l.], 2017. Disponível em:
<https://www.eumed.net/rev/turydes/22/politicas-turismo-minasgerais.html>. Acesso em: 14 jun. 2025.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas.** [S. l.]: Cengage Learning, 2020.

TASSO, J. P. F.; MOESCH, M. M.; NÓBREGA, W. R. de M. **Reincorporação da Ética às Políticas Públicas de Turismo: uma necessária reflexão no combate às consequências do Covid-19.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 2141–2141, 2021.

TRIBE, J.; PADDISON, B. **Critical tourism strategy.** Annals of Tourism Research, [s. l.], v. 98, p. 103511, 2023.

TRUBAČ, D.; PACULÍK, D.; ÁGHOVÁ, K. **Performance Indicators in the Tourism Sector: Comparative Analysis of the Visegrad Group.** International Conference on Tourism Research, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 367–376, 2023.

VILELA, G. J. P.; COSTA, H. A. **Políticas Públicas de Turismo: uma análise crítica dos planos nacionais de turismo do Brasil (2003- 2022).** Revista Turismo em Análise, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 115–132, 2020.

ZEHBA, F.M.P.; FIROZ, M.C. **Assessing regional quality of life with an integrated framework: An application to district of Kozhikode in the state of Kerala (India), 2011.** Regional Statistics, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 159–193, 2024.